

SUMÁRIO

Capítulo 1	
VOTAÇÕES E ELEIÇÕES	35
1.1. Opções de voto do eleitor.....	35
1.2. Votos nulos e eleições válidas	36
1.2.1. Anulação da votação de candidato cassado por práticas eleitorais ilícitas - virada jurisprudencial do TSE.....	40
1.3. Eleição suplementar.....	53
1.3.1. Norma de regência	53
1.3.2. Trânsito em julgado	57
1.3.3. Forma da eleição	60
1.3.4. Abrangência para municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República.....	60
1.3.5. Vacâncias estaduais e municipais.....	61
1.3.6. Normatização das eleições suplementares.....	63
1.3.6.1. Impossibilidade de redução de prazos processuais	64
1.3.6.2. Cadastro eleitoral.....	66
1.3.7. Casuística das eleições suplementares.....	66
1.4. Sistemas eleitorais.....	68
1.4.1. Sistema majoritário	68
1.4.2. Sistema proporcional	68
Capítulo 2	
COLIGAÇÕES	69
2.1. Fontes legais	69
2.2. Conceitos.....	69
2.3. Liberdade de coligação	70
2.4. Denominação.....	71
2.5. Personalidade jurídica e legitimidade processual.....	72
2.6. Representantes ou delegados	74
Capítulo 3	
CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS.....	75

3.1.	Fontes legais	75
3.2.	Conceito	76
3.3.	Período para realização	76
3.4.	Propaganda intrapartidária.....	76
3.5.	Oposição às diretrizes nacionais	77
3.6.	Local de realização	78
3.7.	Ata	78
3.8.	Divergências internas e violações estatutárias.....	79
3.9.	Recurso Contra a Expedição de Diploma.....	83
3.10.	Observador eleitoral	84
3.11.	Candidatura nata.....	84
3.12.	Filiado preso.....	85
3.13.	Outras situações	86
3.14.	Liberdade de expressão e propaganda antecipada.....	87
3.15.	Níveis de convenção partidária	92

Capítulo 4

REGISTRO DE CANDIDATURA..... 95

Premissas gerais	95
4.1. Cotas de gênero	96
4.1.1. Fontes legais	96
4.1.2. Breve histórico	97
4.1.3. Desorganização e indeferimento de registro	102
4.1.4. Vagas remanescentes e substituições	103
4.1.5. Candidaturas laranjas	103
4.1.5.1. Abuso de poder	113
4.1.5.2. Devolução de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP) utilizados de forma fraudulenta.....	114
4.1.5.3. Súmula nº 73 do Tribunal Superior Eleitoral	116
4.1.6. Ministério Público Eleitoral.....	117
4.1.7. Legislação partidária.....	118
4.2. Declaração de bens.....	118
4.2.1. Fontes legais	118
4.2.2. Bens declaráveis.....	119
4.2.3. Finalidades	119
4.2.4. Falhas e omissões	120
4.2.5. Atualização financeira	120
4.2.6. Não assinada	124
4.2.7. Entrega previamente ao julgamento do registro	124
4.2.8. Candidato sem bens.....	125
4.2.9. Procurador habilitado	125

4.2.10.	Não apresentação	125
4.2.11.	Crime de falsidade ideológica	126
4.2.12.	Autossuficiência da declaração de bens	127
4.3.	Propostas defendidas por candidatos a prefeito, governador e presidente.....	127
4.3.1.	Fonte legal	128
4.3.2.	Candidatos ao Poder Legislativo.....	128
4.3.3.	Forma.....	128
4.3.4.	Vinculação ao mandato.....	128
4.4.	Variação nominal	129
4.4.1.	Fontes legais	129
4.4.2.	Órgãos públicos.....	130
4.4.3.	Patente militar e cargo público.....	131
4.4.4.	Área de atuação	132
4.4.5.	Apelido ou nome pelo qual é mais conhecido	132
4.4.6.	Nome social e identidade de gênero.....	133
4.5.	Candidato <i>sub judice</i>	138
4.5.1.	Fontes legais	138
4.5.2.	<i>Status</i> jurídico	139
4.5.3.	Abrangência	139
4.5.4.	Participação em debates	144
4.5.4.1.	Candidatos avulsos e participação em debates	144
4.5.5.	Utilização de fundos públicos.....	145
4.5.6.	Prestação de contas	145
4.5.7.	Cômputo de votos	146
4.5.8.	Substituição de candidato e perda do interesse processual	147
4.5.9.	Divulgação da votação.....	148
4.5.10.	Proclamação dos resultados.....	149
4.5.11.	Diplomação.....	149
4.5.12.	Cessação da condição <i>sub judice</i>	149
4.6.	Filiação partidária	150
4.6.1.	Fontes legais	150
4.6.2.	Requisitos e restrições	151
4.6.3.	Prova da filiação	151
4.6.4.	Filiação partidária desvinculada dos limites territoriais da circunscrição eleitoral	156
4.6.5.	Aferição de filiação partidária em RCED	161
4.7.	Domicílio eleitoral	164
4.7.1.	Transferência de domicílio.....	166
4.8.	Quitação eleitoral	169
4.8.1.	Súmulas do TSE aplicáveis à quitação eleitoral.....	172
4.9.	Órgão competente para registro e impugnação das candidaturas.....	173
4.10.	Cargos a preencher.....	174

4.10.1.	Cargos Executivos	174
4.10.2.	Cargos Legislativos.....	175
4.10.2.1.	Congresso Nacional.....	175
4.10.2.2.	Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa	176
4.10.2.3.	Câmaras Municipais	177
4.11.	Idade mínima.....	181
4.12.	Analfabetismo e candidatura.....	182

Capítulo 5

SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO..... 189

5.1.	Disposições gerais	189
5.2.	Substituição antes do segundo turno.....	192
5.3.	Falecimento do titular eleito após a realização do segundo turno	192
5.4.	Substituição da chapa majoritária.....	193
5.5.	Fraude na substituição às vésperas do pleito.....	194

Capítulo 6

PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL..... 199

6.1.	Introdução e fundamentos.....	199
6.1.1.	Delimitação inicial do “processo eleitoral”	202
6.2.	Disciplina normativa	203

Capítulo 7

PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA 233

Capítulo 8

PROPAGANDA ELEITORAL 237

8.1.	Considerações gerais, conceitos e limites.....	237
8.2.	Casuística e extensão da matéria.....	239
8.3.	Início	240
8.4.	Muros, faixas, placas, cartazes, pinturas e inscrições	242
8.5.	Veículos	242
8.6.	Adesivos.....	242
8.7.	Bandeiras.....	245
8.8.	Comícios.....	247
8.9.	Identificação visual de cabos eleitorais x brindes	249
8.10.	Showmício.....	254
8.11.	Outdoors	257
8.12.	Telemarketing	257
8.13.	WhatsApp e SMS	258
8.14.	Trios elétricos.....	259
8.15.	Carros de som e minitrios.....	259
8.16.	Nome comercial	261

8.17. Identificação de candidatos majoritários.....	261
8.18. Direito à imagem.....	263
8.19. Bens que dependem de cessão ou permissão do poder público.....	264
8.19.1. Panfletagem em prédios públicos.....	265
8.20. Bens particulares.....	265
8.20.1. Mobilidade.....	265
8.20.2. Espontânea e gratuita.....	266
8.20.3. Identificação.....	266
8.21. Bens de uso comum.....	267
8.21.1. Banca de jornal e revistas.....	268
8.21.2. Táxi.....	268
8.21.3. Escola particular.....	269
8.21.4. Estabelecimento misto (residencial e comercial).....	269
8.21.5. Estacionamento pago.....	270
8.21.6. Restaurante.....	270
8.21.7. Condomínio residencial.....	271
8.21.8. Sede de sindicato.....	271
8.21.9. Terreno baldio.....	272
8.21.10. Bem tombado pelo patrimônio público.....	272
8.21.11. Feira livre.....	274
8.22. Dependências do Poder Legislativo.....	275
8.23. Gabinete móvel.....	278
8.24. Meios de comunicação social.....	280
8.24.1. Rádio e televisão.....	280
8.24.1.1. Restrições.....	281
8.24.1.2. Período de campanha.....	285
8.24.1.3. Linguagem estrangeira.....	286
8.24.1.4. Debates.....	286
8.24.2. Jornais, revistas e demais impressos.....	288
8.24.3. Internet.....	290
8.24.3.1. Impulsionamento de conteúdos.....	297
8.25. Propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea.....	302
8.25.1. Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	302
8.25.2. Prazo e legitimidade passiva.....	302
8.25.3. Circunstâncias eleitorais.....	302
8.25.3.1. Sobre as “palavras mágicas” identificadoras da extemporaneidade.....	303
8.25.4. Twitter (atual X).....	307
8.25.5. Facebook.....	310
8.25.6. Propaganda partidária.....	312
8.25.7. Propaganda negativa.....	314
8.25.8. Comparação de administrações.....	315

8.25.9.	Escritório político.....	317
8.25.10.	Calendários.....	318
8.25.11.	Adesivos.....	320
8.25.12.	Publicidade institucional.....	321
8.25.13.	Entrevistas.....	322
8.25.14.	Colunas de jornal.....	326
8.25.15.	Camisa do partido no dia da convenção.....	327
8.25.16.	<i>Outdoors</i>	328
8.26.	Símbolos nacionais.....	342
8.27.	Fato sabidamente inverídico.....	346
8.28.	Crimes contra a honra na campanha eleitoral.....	348
8.28.1.	Considerações gerais.....	348
8.28.2.	Calúnia.....	349
8.28.3.	Difamação.....	351
8.28.4.	Injúria.....	352
8.28.5.	Sujeitos.....	353
8.28.6.	Ação Penal Pública Incondicionada.....	354
8.28.7.	Processamento.....	354
8.28.8.	Quadro comparativo.....	357
8.28.9.	Agravamento de penas.....	357
8.28.10.	Suspensão condicional do processo.....	359
8.29.	Direito de resposta.....	360
8.29.1.	Fontes legais, legitimidade e prazos.....	360
8.29.2.	Procedimentos judiciais específicos.....	366
8.29.2.1.	Órgão da imprensa escrita.....	366
8.29.2.2.	Programação normal de rádio e televisão.....	368
8.29.2.3.	Horário eleitoral gratuito.....	368
8.29.2.4.	Internet.....	371
8.29.2.5.	Carro de som.....	372
8.29.3.	Desistência.....	373
8.29.4.	Decisão sobre direito de resposta.....	374
8.29.5.	Recursos.....	374
8.30.	Art. 241 do Código Eleitoral e solidariedade.....	374
8.31.	Direito autoral e propaganda eleitoral.....	377
8.32.	Resumo da propaganda política.....	380

Capítulo 9

COMITÊ ELEITORAL		383
9.1.	Conceito	383
9.2.	Localização e distância de prédios especiais.....	383
9.3.	Distância mínima	385

9.4.	Quantidade.....	386
9.5.	Alvará e taxas municipais.....	386
9.6.	Propaganda eleitoral antecipada	386
9.7.	Pinturas e adesivos	387
9.8.	Bens de uso comum	389
9.9.	Prestação de serviços	389
9.10.	Compartilhamento.....	391
9.11.	Gastos de campanha	391

Capítulo 10

ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS..... 393

10.1.	Fontes legais e regras gerais	393
10.1.1.	Fontes de financiamento para as candidaturas femininas	398
10.2.	Gastos eleitorais.....	401
10.3.	Limites de gastos	405
10.4.	Exclusão das despesas pessoais do candidato.....	407
10.5.	Aplicação dos recursos de campanha: modalidades – devolução de valores – polêmica jurisprudencial.....	408
10.6.	Pagamento indireto de prestadores de serviço.....	409

Capítulo 11

DOAÇÕES ELEITORAIS..... 411

11.1.	Pessoas jurídicas.....	411
11.1.1.	Doação de recursos do Fundo Partidário em benefício de candidato registrado por agremiação que não formou coligação – pessoa jurídica – fonte vedada.....	415
11.2.	Pessoas físicas	418
11.2.1.	Fontes legais	418
11.2.2.	Limite legal e critério	420
11.2.3.	Recursos próprios do candidato (autofinanciamento).....	421
11.2.4.	Doador isento	421
11.2.5.	Doação entre candidatos	422
11.2.6.	Produto do próprio serviço ou da atividade econômica do doador.....	425
11.2.6.1.	Inconstitucionalidade da disciplina por resolução	426
11.2.7.	Doação de serviços estimáveis	429
11.2.7.1.	Valor	431
11.2.7.2.	Prestação de contas.....	431
11.2.8.	Captador de recursos em <i>websites</i>	432
11.2.8.1.	Resumo do <i>crowdfunding</i> eleitoral.....	437
11.2.9.	Regime de bens.....	438
11.2.9.1.	Regime da comunhão universal de bens.....	438
11.2.9.2.	Regime da comunhão parcial de bens.....	440
11.2.10.	Doação acima do limite legal.....	442

11.2.10.1.	Instrumento processual e capacidade postulatória	442
11.2.10.2.	Prazo	442
11.2.10.3.	Foro.....	443
11.2.10.4.	Rito processual	444
11.2.10.5.	Relação de doadores excedentes	445
11.2.10.6.	Declaração retificadora	447
11.2.10.7.	Princípio da insignificância	449
11.2.10.8.	Penalidades	451
11.2.10.9.	Multa.....	451
11.2.10.10.	Inelegibilidade e gravidade dos fatos	452
11.2.10.11.	Ação rescisória.....	459
11.2.11.	Doador estrangeiro	459
11.2.12.	Doador beneficiário do Auxílio Emergencial	461
Capítulo 12		
PRESTAÇÃO DE CONTAS		463
12.1.	Fontes legais	463
12.2.	Objeto e limite	470
12.3.	Julgamento das contas	471
12.3.1.	Aprovação	472
12.3.2.	Aprovação com ressalvas.....	473
12.3.3.	Desaprovação.....	481
12.3.4.	Não prestadas.....	483
12.3.5.	Desorganização contábil e razoabilidade.....	488
12.3.5.1.	Extrapolação do limite de gastos.....	490
12.3.6.	Alguns aspectos processuais relevantes da prestação de contas	490
12.3.7.	Contas de vices e suplentes	493
12.3.8.	Prestação de contas retificadora.....	494
12.4.	Sobras de recursos financeiros de campanha	495
12.5.	Conservação de documentos.....	497
12.6.	Advogado constituído.....	498
12.7.	Prova testemunhal.....	501
12.8.	Do crescente detalhamento normativo da Prestação de Contas.....	506
Capítulo 13		
CAPTAÇÃO E GASTO ILÍCITO DE RECURSOS (ART. 30-A)		507
13.1.	Fonte legal	507
13.2.	Objeto (Caixa dois)	507
13.3.	Legitimidade ativa.....	517
13.4.	Legitimidade passiva.....	517
13.5.	Instrumento processual.....	518
13.6.	Prestação de Contas e IJE.....	519

13.7. Omissões	521
13.8. Conta bancária extemporânea.....	522
13.9. Erro de identificação na doação.....	522
13.10. Gastos sem trânsito pela conta específica	523
13.11. Bens ou serviços que não integram o patrimônio dos doadores	528
13.12. Ausência de emissão ou falta de assinatura nos recibos eleitorais.....	528
13.13. Omissão de receitas e despesas.....	529
13.14. Origem não identificada x fonte vedada	530
13.15. Recursos de terceiros contabilizados como próprios	531
13.16. Laranjas.....	531
13.17. Excessos de gastos.....	535
13.18. Proporcionalidade x impunidade	538
13.19. Penalidades.....	539
13.20. Arrecadação e gastos ilícitos com publicidade nas pré-campanhas (moderação e teto de gastos)	540
13.21. Desvirtuamento na aplicação dos recursos destinados à participação política das mulheres.....	549
13.22. Jurisprudência genérica do art. 30-A.....	550
13.23. Densidade normativa do art. 30-A	551

Capítulo 14

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A).....	553
14.1. Exclusão de terceiro não candidato	553
14.2. Distribuição de combustível para eventos de campanha eleitoral.....	559
14.2.1. Carreata	560
14.2.2. Colocação de adesivos em veículos	563
14.2.3. Comícios	569
14.3. Distribuição de bebidas e refeições para eventos de campanha.....	570
14.3.1. Jantar e almoço político.....	570
14.3.2. Festa às vésperas da eleição.....	575
14.4. Promessas genéricas e grupo de eleitores.....	577
14.5. Repressão à oferta de vantagens em troca de voto no Direito Comparado.....	585
14.5.1. Portugal	585
14.5.2. Espanha	586
14.5.3. Panamá	586
14.5.4. Colômbia	586
14.5.5. Chile.....	587
14.5.6. Alemanha	587
14.5.7. França	588
14.5.8. Bélgica.....	588
14.5.9. Holanda	588
14.5.10. Romênia	589

14.5.11.	México	589
14.5.12.	Brevíssimas considerações	590
Capítulo 15		
CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS		591
15.1.	Considerações gerais, origens e importância	591
15.1.1.	Agrupamentos temáticos	598
15.1.2.	Interpretação e jurisprudência	601
15.1.3.	Evolução legislativa da matéria	603
15.2.	Agente público	607
15.3.	Litisconsórcio passivo necessário	609
15.3.1.	Nova modificação de entendimento (Recurso Ordinário Eleitoral nº 060304010/DF)	612
15.4.	Penalidades	614
15.5.	Princípios	627
15.5.1.	Igualdade de oportunidades na eleição	629
15.5.2.	Legalidade estrita	632
15.5.3.	Abuso de poder	634
15.5.4.	Abuso do poder político	636
15.5.5.	Abuso do poder de autoridade e gravidade das circunstâncias	638
15.5.5.1.	Conceito de autoridade para efeitos eleitorais	641
15.5.6.	Caso de grave e urgente necessidade pública e matéria relevante e característica das funções de governo	644
15.6.	Instrumentos de apuração e repressão	646
15.6.1.	Legitimados ativos	647
15.6.2.	Procedimento Preparatório Eleitoral	647
15.6.3.	Representação	653
15.6.4.	Investigação Judicial Eleitoral	654
15.6.5.	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	654
15.7.	Lapsos temporais restritivos	664
15.8.	Contagem de prazos	667
15.9.	Continuidade administrativa	667
15.9.1.	Reeleição	670
15.9.1.1.	Reeleição para o Poder Executivo na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado	688
15.10.	Casuística	692
15.10.1.	Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos e coligações	696
15.10.1.1.	Veículos adesivados em áreas e estacionamentos públicos	711
15.10.1.2.	Exceções	714
15.10.2.	Utilização de materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas que excedam as prerrogativas legais	717

15.10.3. Utilização de servidores públicos ou empregados da administração pública no horário de expediente.....	723
15.10.3.1. Agentes políticos e horário de expediente.....	730
15.10.3.2. Licenças, férias e horários livres.....	736
15.10.3.3. Uso de <i>bottons</i> ou adesivos por servidores públicos no local de trabalho.....	736
15.10.3.4. Postagem de apoio político por servidor público em horário de expediente e fora do horário de expediente.....	738
15.10.4. Uso promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social.....	741
15.10.5. Movimentação de pessoal.....	751
15.10.5.1. Contratação de estagiários.....	775
15.10.6. Transferência voluntária de recursos.....	778
15.10.7. Publicidade institucional.....	783
15.10.7.1. Publicidade Institucional e Condutas Vedadas: a controvertida jurisprudência do TSE.....	785
15.10.7.1.1. Veiculação de postagens sobre atos, programas, obras, serviços e/ou campanhas de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais em perfil privado de rede social não equivale à publicidade institucional.....	795
15.10.7.2. Placas de obras públicas.....	796
15.10.7.3. Festas municipais e estaduais.....	797
15.10.7.4. Sites dos Poderes Legislativo e Executivo.....	800
15.10.8. Pronunciamentos em cadeia de rádio e TV.....	803
15.10.9. Despesa excedida com publicidade institucional.....	807
15.10.9.1. Requisição de informações sobre os gastos.....	812
15.10.10. Revisão geral da remuneração de servidores públicos.....	813
15.10.10.1. Outros benefícios funcionais.....	819
15.10.10.2. Abono.....	819
15.10.10.3. Reestruturação de carreira de servidores públicos.....	821
15.10.11. Distribuição gratuita de bens, valores, benefícios e programas sociais.....	822
15.10.11.1. Programas sociais e entidades nominalmente vinculadas a candidato ou por este mantida.....	835
15.10.12. Promoção pessoal na publicidade institucional.....	843
15.10.13. Contratação de shows artísticos.....	847
15.10.14. Inaugurações de obras públicas.....	849
15.10.14.1. Tipicidade da conduta e sujeito ativo.....	849
15.10.14.2. Excesso praticado por não candidato.....	851
15.10.14.3. Conceito de obra pública e bem jurídico tutelado.....	851
15.10.14.4. Constitucionalidade.....	854
15.10.14.5. Processamento.....	855
15.10.14.6. Casuística.....	855
15.10.14.7. Aplicabilidade do dispositivo frente à Lei nº 13.165/15.....	871
15.10.14.8. Inelegibilidade.....	875
15.10.14.9. Quadro comparativo do art. 77.....	876

15.11. Inelegibilidade por condutas vedadas	876
15.12. Desdobramentos das representações.....	882
15.12.1. Quadro comparativo RP/IJE.....	883
15.13. As condutas vedadas na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado	884
15.13.1. Portugal	885
15.13.2. Espanha	885
15.13.3. Argentina.....	886
15.13.4. Honduras.....	887
15.13.5. México	887
15.13.6. Panamá	888
15.13.7. Colômbia	889
 Capítulo 16	
ENCERRAMENTO DA PROPAGANDA ELEITORAL DE RÁDIO E TV.....	891
 Capítulo 17	
PROPAGANDA PAGA NA IMPRENSA ESCRITA (ART. 43).....	893
 Capítulo 18	
VÉSPERA DO PLEITO	899
 Capítulo 19	
DIA DO PLEITO.....	901
19.1. Propaganda eleitoral	901
19.2. Crimes eleitorais.....	901
19.3. Eleitor na cabina de votação e voto secreto	908
19.3.1. Direito Comparado.....	911
19.3.1.1. Bulgária	911
19.3.1.2. Itália	912
19.3.1.3. Paraguai.....	912
19.4. Transporte de eleitores.....	912
19.4.1. Decisão do STF na ADPF nº 1.013/DF	923
19.5. Manifestação individual e silenciosa	924
19.5.1. Manifestação individual e silenciosa na perspectiva do Direito Eleitoral comparado	927
19.5.1.1. Portugal	927
19.5.1.2. Espanha	927
19.5.1.3. Argentina	927
19.5.1.4. Canadá.....	927
19.5.1.5. Estados Unidos.....	928
19.5.1.6. Colômbia.....	929
19.5.1.7. Chile.....	929
19.5.1.8. Panamá	929

19.5.1.9. Bolívia.....	930
19.5.1.10. Itália	930
19.6. Comércio.....	930
19.7. Pesquisas eleitorais.....	934
19.8. Presença de candidatos em locais de votação.....	934
19.9. Lei Seca.....	941
19.9.1. Atipicidade penal	942
19.9.2. A Lei Seca na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	943
19.10. Derrame de santinhos.....	945
Capítulo 20	
PESQUISAS ELEITORAIS.....	961
20.1. Considerações gerais.....	961
20.2. Registro, informações obrigatórias e divulgação	962
20.3. Crime de pesquisa eleitoral fraudulenta	968
20.4. Pesquisa eleitoral fraudulenta e abuso de poder.....	970
20.5. Acesso judicial ao sistema interno de controle, verificação e da coleta de dados	972
20.6. Responsabilização penal dos representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador da pesquisa fraudulenta.....	974
20.7. Crime do art. 350 do Código Eleitoral	974
20.8. Enquetes e sondagens.....	975
20.8.1. Quadro comparativo pesquisa x enquete.....	976
20.9. Exclusão de pré-candidato de pesquisa eleitoral.....	976
20.10. Divulgação em rede social de pesquisa eleitoral destituída de registro	978
20.11. Evolução legislativa da matéria.....	985
20.12. Nomenclaturas oficiais das pesquisas eleitorais.....	990
Capítulo 21	
AFASTAMENTOS E DESINCOMPATIBILIZAÇÕES.....	991
21.1. Eleição municipal.....	991
21.2. Eleições gerais.....	999
21.3. Destaques jurisprudenciais gerais.....	1009
21.4. Competência e não a nomenclatura do cargo	1015
Capítulo 22	
PARENTESCO: ELEGIBILIDADES E INELEGIBILIDADES.....	1017
22.1. Elegibilidade do titular e renúncia.....	1017
22.2. Titularidade de mandato eletivo e candidatura à reeleição	1018
22.3. Desconstituição do vínculo previamente ao exercício do mandato.....	1020
22.4. Antagonismo político entre parentes	1021
22.5. Vínculos socioafetivos	1022
22.6. Eleição e diplomação não seguidas de posse.....	1023

Capítulo 23**REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL 1025**

23.1. Fontes legais e regras gerais 1025

23.2. Circunstâncias de perturbação dos trabalhos eleitorais..... 1026

Capítulo 24**MULTAS ELEITORAIS 1031**

24.1. Fontes legais e regras gerais 1031

24.2. Execução e cumprimento de decisões impositivas de multas eleitorais 1035

Capítulo 25**SÚMULAS DO TSE 1037**

Introdução 1037

25.1. Desincompatibilização (2) 1037

25.2. Doação eleitoral (1)..... 1037

25.3. Filiação partidária (4)..... 1038

25.4. Inelegibilidade (16) 1038

25.5. Matéria processual (31) 1039

25.6. Multas eleitorais (2) 1042

25.7. Prestação de contas (3) 1042

25.8. Propaganda eleitoral (2) 1042

25.9. Registro de candidatura (8) 1042

25.10. Desfiliação partidária (1) 1043

25.11. Fraude à cota de gênero (1)..... 1044

Capítulo 26**NOTITIA CRIMINIS..... 1045**

Fontes legais e considerações gerais..... 1045

Capítulo 27**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111/21 1049**

27.1. Distribuição do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidatas mulheres e candidatos negros para a Câmara dos Deputados 1049

27.2. Anuência partidária para a desfiliação..... 1051

27.3. Datas das posses dos titulares do Poder Executivo..... 1057

Capítulo 28**LEI Nº 14.208/21 1059**

28.1. Federações partidárias 1059

Capítulo 29**LEI Nº 14.211/21 1067**

29.1. Texto legal..... 1067

29.2. Limitação da competência normativa do TSE relativamente à organização partidária 1069

29.3. Ajustes normativos decorrentes da extinção das coligações proporcionais	1070
29.4. Percentuais de votação para “sobras eleitorais”	1070
29.5. Número de candidatos.....	1071
29.6. Debates de rádio e TV entre candidatos proporcionais.....	1071
 Capítulo 30	
LEI COMPLEMENTAR Nº 184/21	1073
30.1. Texto legal.....	1073
30.2. Exclusão de inelegibilidade	1073
30.3. Quadro comparativo da alínea g	1078
 Capítulo 31	
LEI COMPLEMENTAR Nº 219/25	1079
31.1. Texto legal.....	1079
31.2. Síntese das alterações	1082
 REFERÊNCIAS	 1087